

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
Circulante		36.992	49.319	Circulante		679	20.582
Disponibilidades	4	283	56	Depósitos	10	-	19.450
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	36.338	11.144	Depósito à vista		-	2.554
Aplicações em operações compromissadas		154	9.630	Depósito a prazo		-	10.861
Depósitos interfinanceiros		36.184	1.514	Depósitos interfinanceiros		-	6.035
Títulos e valores mobiliários	6	-	2.249	Outras obrigações	12	679	1.132
Carteira própria		-	2.204	Cobrança e arrecadação de tributos		-	18
Vinculados a prestação de garantias		-	45	Fiscais e previdenciárias		522	456
Relações interfinanceiras	371	262	-	Diversos		141	358
Operação de crédito	7	-	35.382	Sociais e estatutárias		16	300
Operação de crédito - Setor privado		-	35.560	Exigível a longo prazo		-	1.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(178)	Depósitos	10	-	1.046
Outros créditos	8	-	206	Depósito a prazo		-	1.046
Outros valores e bens		-	20	Patrimônio líquido	14	36.742	35.290
Realizável a longo prazo	429	1.988	-	Capital de domiciliados no País		35.000	35.000
Operação de crédito	7	-	1.754	Reserva de lucros		1.742	967
Operação de crédito - Setor privado		-	1.763	Prejuízo acumulado		-	(677)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(9)	Total do passivo		37.421	56.918
Outros créditos	8	429	234				
Permanente		-	5.612				
Imobilizado de uso	9	-	5.612				
Total do ativo		37.421	56.918				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Outras		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	35.000	48	919	(1.024)	34.943
Lucro líquido do exercício	-	-	347	-	347
Saldos em 31 de dezembro de 2010	35.000	48	919	(677)	35.290
Absorção de prejuízos anteriores	-	(48)	(629)	677	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.452	-	1.452
Constituição de reserva legal	-	73	-	(73)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	1.379	(1.379)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.000	73	1.669	-	36.742
Saldos em 30 de junho de 2011	35.000	47	290	891	36.228
Lucro líquido do semestre	-	-	-	514	514
Constituição de reserva legal	-	26	-	(26)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	1.379	(1.379)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.000	73	1.669	-	36.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O BBN - Banco Brasileiro de Negócios S.A. (anteriormente denominado Concórdia Banco S.A.) foi constituído como Banco Múltiplo, e possui licença para operar nas cartéis comerciais e de investimentos. Seu acionista majoritário é o Bancoendimento S.A. O Grupo Rendimento tem o objetivo estratégico de manter esta unidade de negócios para atuação em intermediação de operações estruturadas e com foco no crédito voltado a cadeia produtiva de grandes grupos econômicos.

Pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2011, a administração do Banco decidiu pela alteração da denominação social que passou a vigorar como BBN - Banco Brasileiro de Negócios S.A.

Em 20 de janeiro de 2011, o Banco Rendimento adquiriu 7.584 ações ordinárias, passando a ser detentor de 30.334 ações, o que representa 86,67% do BBN - Banco Brasileiro de Negócios S.A.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração fez as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Auração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/09 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.088, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 7.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar

deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

h) Depósitos

Os depósitos estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia.

i) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 60 no trimestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Disponibilidades	283	56
Aplicações interfinanceiras de liquidez	36.184	-
Total	36.467	56

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas	2011	2010
Posição bancada - vencimento até 30 dias	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	9.630
	-	9.630

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros	2011	2010
Vencimento até 30 dias	36.184	1.514
Vencimento de 30 a 90 dias	154	-
	36.338	1.514

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários	2010	
Carteira própria	Custo (i)	Mercado (ii)
Livres		
Vencimento de 3 a 12 meses		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.204	2.204
Vinculados a prestação de garantias		
Vencimento de 3 a 12 meses		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	45	45
Total	2.249	2.249

(i) Valor de custo
Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais.

7. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as operações de crédito realizadas no setor privado são apresentadas como segue:

	2011	2010
Empréstimo	-	22.638
Conta garantida	-	12.048
Títulos descontados	-	2.637
Total	-	37.323
Curto prazo	-	35.560
Longo prazo	-	1.763

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º semestre		Exercício	
		2011	2011	2010	2010
Receitas da intermediação financeira		1.951	4.614	6.552	
Operações de crédito		8	1.185	4.088	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.943	3.428	2.457	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	1	7	
Despesas da intermediação financeira		74	(356)	(2.077)	
Operações de captação no mercado		-	(543)	(1.934)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		74	187	(143)	
Resultado bruto da intermediação financeira		2.025	4.258	4.475	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.286)	(2.487)	(3.664)	
Receita de prestação de serviços		-	672	1.789	
Despesas de pessoal		(232)	(531)	(1.917)	
Outras despesas administrativas	15	(962)	(2.408)	(3.157)	
Despesas tributárias		(92)	(257)	(390)	
Outras receitas/despesas operacionais		-	37	11	
Resultado operacional		738	1.771	812	
Resultado não operacional		2	211	-	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		740	1.982	812	
Provisão para imposto de renda	13a	(210)	(514)	(165)	
Imposto de renda e contribuição social		(171)	(475)	(165)	
Ativo fiscal diferido		(39)	(39)	-	
Participações estatutárias no lucro		(16)	(16)	(300)	
Lucro líquido do semestre/exercício		514	1.452	347	
Lucro líquido por ação (em R\$)		14,68	41,49	9,90	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

a) Diversificação por setor, atividade econômica e vencimento

	2010			
	A vencer Até 180 dias	A vencer De 181 a 360 dias	A vencer Acima de 361 dias	Total
	Setor privado			
Comércio	9.113	4.740	1.763	15.616
Indústria	4.055	2.606	-	6.661
Pessoas físicas	143	-	-	143
Outros	12.581	2.322	-	14.903
	25.892	9.668	1.763	37.323

b) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2010	
	Valor	% sobre carteira
Maior	5.225	14,00
10 maiores	32.945	88,27

c) Composição por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2010		
	Classificação por nível de risco	Normal	% Provisão
Nível A	37.179	0,5%	186
Nível B	144	1%	1
Total	37.323		187

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa